



Sobre a Boa Vontade da Igreja e dos Católicos

O desejo de proporcionar um esclarecimento adequado sobre o pensamento católico acerca dos temas evocados não pode ser apenas modesto.

O conjunto de textos que se reúnem sob o título *Os Católicos, a Sociedade e Estado* têm, segundo as palavras do seu autor, “a modesta intenção” de “proporcionar, por um lado, melhor conhecimento do pensamento católico acerca das implicações da fé para o comportamento dos católicos na vida social e política” e, por outro, “contribuir para uma reflexão sobre o lugar da religião no mundo contemporâneo e do papel do catolicismo na construção de um mundo melhor” (p. 8).

Enquanto declaração de intenções nada há a observar. O tema é de inegável interesse teórico, de magna relevância prática e insiste em manter uma actuali-



POR
Hugo Chelo

Vice-Director para Assuntos Académicos do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa

dade permanente. Porém, temos de desconfiar sobre a modéstia da intenção. É que, por natureza, o desejo de proporcionar um esclarecimento adequado sobre o pensamento católico acerca dos temas evocados não pode ser apenas modesto.

Em primeiro lugar, porque o pensamento católico sobre as implicações da fé para o comportamento dos católicos em sociedade e em política é de

uma amplitude e riqueza inesgotável. Em segundo lugar, porque um número significativo de reflexões sobre o lugar da religião no mundo contemporâneo ou sobre o contributo do catolicismo da edificação de um mundo melhor vê-se permanentemente enviesado por considerações unilaterais, posicionamentos ideológicos ou mera ignorância.

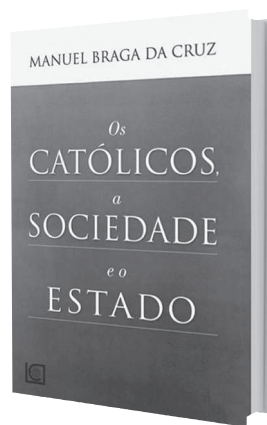
Um autor que se debruça sobre estes temas pode estar certo que não será escutado apenas por católicos ou por homens de boa-vontade. Por diversas ocasiões, estes temas são objecto de recreação de homens de má-vontade que se esforçam deliberadamente por tecer considerações desequilibradas. Sobre estes assuntos todas as opiniões vulgares se parecem, os disparates invulgares, não. Porque estes últimos são bastante comuns, não é ta-

refa modesta abordá-los com equilíbrio, serenidade e competência.

No presente caso, a competência do autor manifesta-se, em primeira instância, na forma fluida e versátil como conjuga os seus profusos conhecimentos sobre as áreas da teologia moral, da história, da sociologia e da ciência política. Em segundo lugar, manifesta-se no modo como consegue recuperar, articular e comentar as dezenas de referências do *corpus* da doutrina social da Igreja sobre temas tão diversos como a liberdade religiosa, a democracia, o papel dos leigos, a participação política, a noção de Estado. Mas não fica por aqui.

Nas incursões sobre o desenvolvimento doutrinal da Igreja, o autor confronta-nos com a ideia de uma evolução na continuidade. Tem a perfeita consciência de que a dupla regra de continuidade e renovação configura o exercício de um ensinamento constante, mas não rígido e homogéneo. As várias digressões sobre os pronunciamentos pontifícios destacam a forma como as novidades postas pelas circunstâncias sociais e políticas mereceram a devida atenção dos pontífices, como se reflectiram em leituras inovadoras e propostas criativas alicerçadas em princípios de reflexão e critérios de juízo intemporais. Um bom exemplo deste entendimento sobre o desenvolvimento doutrinal é-nos oferecido pelo texto «O Estado na Doutrina Social da Igreja».

Todavia, mais do que saber expor convenientemente a Doutrina Social da Igreja e os seus desenvolvimentos, nas suas análises, o autor denota uma das qualidades centrais para a interpretação da realidade social e política: discernimento. Este não é um vocábulo qualquer para um leigo católico. É uma das exigências cruciais que deve orientar o compromisso do cristão no serviço aos outros. Comporta o conhecimento aprofundado e a reflexão sistemática sobre as realidades sociais e políticas à luz do ensinamento da Igreja. Saber interpretar a realidade através de uma sólida apreensão de princípios intemporais.



Manuel Braga da Cruz

**Os Católicos,
a Sociedade
e Estado**

Universidade
Católica Editora

Pois bem, a forma com os princípios intemporais se encontram digeridos nestes textos é impressionante. Elenca-ria como principais: a separação entre as ordens (e respectivos poderes) espiritual e temporal; o reconhecimento da primazia do poder espiritual nos assuntos que recaem sobre a sua alçada; a necessária harmonia e cooperação entre Igreja e Estado no sentido de promover a unidade, integridade e dignidade da pessoa humana. Os vínculos entre liberdade religiosa e liberdade da Igreja, entre liberdade individual e liberdade social, a articulação entre a igualdade jurídica de todas as religiões e reconhecimento civil especial, as distinções entre *sã* laicidade e laicismo, entre as modalidades de participação política do cristão e, como não podia deixar de ser, entre Igreja e Estado são cruciais para uma correcta apreensão e enquadramento da relação entre duas ordens com origens, fundamentos e finalidades distintas.

Só assim se pode entender que a Igreja não exerce qualquer poder directo ou indirecto sobre os assuntos temporais. As exigências democráticas implicam que o agente imediatamente responsável pela direcção e correcção espiritual da ordem temporal deve situar-se no interior desta ordem. O seu regente é o cidadão livre. A acção da Igreja exerce-se sobre a consciência do cristão e do cidadão, educando-o no significado dos valores cristãos e suas implicações para a vida social

e política. Deste modo, a Igreja penetra naquelas dimensões da vida humana que são *quoquo modo sacrum* sem ultrapassar os limites impostos pela justa autonomia das coisas temporais. Ao instruir e iluminar a consciência dos fiéis sobre as consequências da fé para a vida social, ao incentivar a participação social e política do cristão, a Igreja não desatende às exigências de uma *sã* laicidade. Reactualiza o princípio da primazia do espiritual de modo a compatibilizá-lo com a diarquia de poderes em contexto democrático.

O autor faz bem em sublinhar a incompreensão do laicismo intolerante e ateu para com a subtilidade destes princípios, vínculos e distinções. Assume que o exercício legítimo das prerrogativas espirituais da Igreja sobre a consciência da pessoa comporta uma violação da separação entre as ordens do sagrado e do temporal. Como não reconhece a consciência como “centro e santuário do homem”, porque considera que o domínio temporal se estende a todos os domínios excepto ao espaço consignado legalmente para o culto religioso, qualifica como ilegítima qualquer tipo de acção pública do cidadão inspirada por valores religiosos.

De forma serena e equilibrada, o autor explica as razões pelas quais o empenho social e a participação política do cristão é um direito e um dever que não viola qualquer pressuposto democrático; apresenta as razões pelas quais o reconhecimento do valor social da religião não atenta contra os princípios da laicidade; desenvolve as razões pelas quais um reconhecimento especial concedido a uma comunidade religiosa na ordem jurídica não põe em causa a liberdade religiosa devida a todos. Sobre estes temas é raro encontrar textos de tamanha clareza. Neste livro encontramos vários. Resta esperar que sejam lidos com ponderação por todos os homens, pelos de boa-vontade e por outros.

Como é que o catolicismo pode ter um papel na construção de um mundo melhor? Porventura, esta será a questão que recebe menos atenção directa e tratamento sistemático ao longo destas páginas. Mas ainda assim, o leitor não fica desamparado. Várias pistas são sugeridas. Porém, neste livro existe um texto de dimensão modesta que responde com um grande exemplo a esta última questão. Intitula-se: «O Papa da viragem do século e da história». ■



A acção da Igreja exerce-se sobre a consciência do cristão e do cidadão, educando-o no significado dos valores cristãos e suas implicações para a vida social e política